

HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

Termo de Referência 613/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
613/2025	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	MICHELE DAIANE GABRIEL DA VEIGA OLIVESKI	05/12/2025 12:48 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60550.025455/2025-08

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos para a Seção Central de Abastecimento de Medicamento (SCAM), visando atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE SOLICITADA
1	HETAMIDO, COMPOSIÇÃO: POLI (0-2 HIDROXIETIL) AMIDO + CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO: SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	393846	FRASCO 500 MILILITRO	420
2	Hialuronato De Sódio Composição: Associado Ao Sorbitol, Quantidade Motores: 20 Mg/Ml + 40MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Intra-Articular, Característica Adicional: Seringa Preenchida (Cota reservada)	445134	Seringa 4,00 ML	10
3	HIDRALAZINA, DOSAGEM: 25 MG	268111	DRAGEA	4.000
4	HIDROCORTISONA, COMPOSIÇÃO: SAL ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: CREME, C/ 20 G	345240	BISNAGA 20 GRAMAS	100
5	HILANO COMPOSIÇÃO: G-F 20 CONCENTRAÇÃO: 8 MG/ML FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRA- ARTICULAR	448711	SERINGA 2 MILILITRO	200

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SERINGA PREENCHIDA C/ 2MILILITRO			
6	IMUNOGLOBULINA HUMANA, TIPO: ANTI RHO (D), DOSAGEM: 300 MCG/ 2ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	448984	FRASCO- AMPOLA OU SERINGA PREENCHIDA 2 MILILITRO	20
7	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: NPH, DOSAGEM: 100U/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	271157	FRASCO- AMPOLA 10 MILILITRO	200
8	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: REGULAR, DOSAGEM: 100U/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	271154	FRASCO 10 MILILITRO	300
9	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 10 MG	273396	COMPRIMIDO	1.080
10	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 5 MG, TIPO MEDICAMENTO: SUBLINGUAL	273395	COMPRIMIDO	430
11	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 10 MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	273404	AMPOLA 1 MILILITRO	300
12	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 20 MG	273400	COMPRIMIDO	1.200
13	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG	305270	COMPRIMIDO	196
14	LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM: 25 MG	268128	COMPRIMIDO	100
15	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 100 MCG	268125	COMPRIMIDO	1.110
16	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 25 MCG	268124	COMPRIMIDO	5.580
17	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 1% + 1: 200.000, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	275402	FRASCO- AMPOLA 20 MILILITRO	500
18	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	269842	FRASCO 20 MILILITRO	900
19	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: GELEIA, C/ 10 G	269846	SERINGA 10 GRAMA	600
20	LINEZOLIDA, DOSAGEM: 600 MG	273412	COMPRIMIDO	240
21	LOPERAMIDA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 2MG	273264	COMPRIMIDO	1.000
22	LUGOL FORTE (IODO IODETO) - 5% - 1000 ML	327212	FRASCO 1000 MILILITRO	400
23	MACROGOL, PRINCÍPIO ATIVO: MACROGOL 3350, COMPOSIÇÃO: BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO: 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA, C/ 20 EN	293981	SACHÊ 14 GRAMA	3.000
	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO			

24	ATIVO: SAL ACETATO, DOSAGEM: 40 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	299690	FRASCO-AMPOLA 2 MILILITRO	200
25	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	271599	FRASCO - AMPOLA	1.000
26	METILTIONÍNIO CLORETO, CONCENTRAÇÃO: 1%, INDICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 5 ML	277529	AMPOLA 5 MILILITRO	800
27	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG	267312	COMPRIMIDO	1.000
28	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	267310	AMPOLA 2 MILILITRO	4.000
29	METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: GEL VAGINAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR, C/ 50 G	372335	BISNAGA 50 GRAMA	100
30	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 5MG /ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 100 ML	268498	FRASCO-AMPOLA OU BOLSA 100 MILILITRO	2.300
31	MOXIFLOXACINO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG + 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	355794	FRASCO 5 MILILITRO	100
32	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 1,6 MG /ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 250 ML	305325	BOLSA 250 MILILITRO	100
33	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 5 MG /ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	305325	FRASCO 5 MILILITRO	50
34	MUCOPOLISSACARÍDEO, COMPOSIÇÃO: POLISSULFATO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: POMADA, C/ 40 G	440054	BISNAGA 40 GRAMA	100
35	MULTIVITAMINAS, COMPOSIÇÃO: VITS: A, B2, B3, B5, B6, C, D, E, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10 ML	304148	AMPOLA 10 MILILITRO	600
36	MUPIROCINA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG/G, USO: CREME, C/ 15 G	273455	BISNAGA 15 GRAMA	100
37	NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA, C/ 15 G	273167	BISNAGA 15 GRAMA	100
38	NEOMICINA, CONCENTRAÇÃO: 3,5MG /G, TIPO MEDICAMENTO: CREME, C/ 20 G	273166	BISNAGA 20 GRAMA	150
39	NEOSTIGMINA METILSULFATO, DOSAGEM: 0,5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	273457	AMPOLA 1 MILILITRO	550

40	OCITOCINA, DOSAGEM: 5 UI/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	268277	AMPOLA 1 MILILITRO	100
41	OCTREOTIDA, DOSAGEM: 0,1 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	305725	AMPOLA 1 MILILITRO	300
42	OXACILINA, DOSAGEM: 500 MG, COMPOSIÇÃO: INJETÁVEL	268513	FRASCO - AMPOLA	10.000
43	OXIDO DE FERRO III AMPOLA 20MG /ML (SACARATO) 20MG/ML EV C/5ML INJETÁVEL	6783951	AMPOLA 5 MILILITRO	1.600
44	OXIMETAZOLINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,50 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO NASAL ADULTO, USO: GOTAS, C/ 30 ML	271645	FRASCO 30 MILILITRO	200
45	PENTOXIFILINA, DOSAGEM: 400 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	267902	COMPRIMIDO OU DRÁGEA	120
46	PIDOLATO DE MAGNÉSIO, DOSAGEM: 150 MG/ML, APLICAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, C/ 10 ML	271077	FLACONETE 10 MILILITRO	100
47	POLIDOCANOL CONCENTRAÇÃO: 30 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	343633	AMPOLA 2 MILILITRO	200
48	POLIESTIRENOSSULFONATO, COMPOSIÇÃO: DE CÁLCIO, CONCENTRAÇÃO: 900 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, C/ 30 G	448769	ENVELOPE	500
49	POLIMIXINA E COLISTIMETATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO: POLIMIXINA E, DOSAGEM: 150MG, TIPO USO: PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	275888	FRASCO - AMPOLA	100
50	PRAVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG	268148	COMPRIMIDO	300
51	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG	267743	COMPRIMIDO	3.200
52	PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG	267741	COMPRIMIDO	1.300
53	PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, ASSOCIADO AO GATIFLOXACINO SESQUIIDRATADO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML + 3 MG /ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 6 ML	448592	FRASCO 6 MILILITRO	50
54	PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, CONCENTRAÇÃO: 100 MG	449022	CÁPSULA	1.560
55	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG	267768	COMPRIMIDO	600
56	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	267769	AMPOLA 2 MILILITRO	1.200
57	PROPILTIOURACIL, DOSAGEM: 100 MG	273589	COMPRIMIDO	60
58	PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG	267772	COMPRIMIDO	600
59	PROTAMINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	272362	AMPOLA 5 MILILITRO	100

60	RACEALFATOCOFEROL, CONCENTRAÇÃO: 400 MG	329610	CÁPSULA	200
61	RACECADOTRILA, DOSAGEM: 100 MG	275937	CÁPSULA	600
62	RINGER, COMPOSIÇÃO: SIMPLES, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	352192	FRASCO OU FRASCO-AMPOLA 500 MILILITRO	2.000
63	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,2%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 20 ML	269469	FRASCO OU FRASCO - AMPOLA 20 MILILITRO	400
64	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ /L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL /L, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL, C/ 27,9 G	446105	ENVELOPE	200
65	SEVELAMER, PRINCÍPIO ATIVO: CLORIDRATO, DOSAGEM: 800 MG	272083	COMPRIMIDO	720
66	SULFADIAZINA, DOSAGEM: 500 MG	267765	COMPRIMIDO	500
67	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG	308882	COMPRIMIDO	1.100
68	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 80MG + 16MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	308884	AMPOLA 5 MILILITRO	3.000
69	SULFASSALAZINA, DOSAGEM: 500 MG	268153	COMPRIMIDO	200
70	SULFATO FERROSO CONCENTRAÇÃO 60MG DE FERRO ELEMENTAR	465155	COMPRIMIDO OU DRÁGEA	300
71	TEICOPLANINA, DOSAGEM: 200 MG, INDICAÇÃO: INJETÁVEL	268529	FRASCO - AMPOLA	700
72	TENECTEPLASE, CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL: SERINGA PREENCHIDA, C/ 10 ML	448767	FRASCO - AMPOLA	20
73	TENOXICAM, DOSAGEM: 20 MG	268531	COMPRIMIDO	400
74	TERLIPRESSINA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 1 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	332908	FRASCO - AMPOLA	300
75	TIAMAZOL, DOSAGEM: 10 MG	287824	COMPRIMIDO	300
76	TIAMINA, DOSAGEM: 300 MG	272341	COMPRIMIDO	900
77	TICAGRELOR, CONCENTRAÇÃO: 90 MG	400852	COMPRIMIDO	200
78	TIOCOLCHICOSÍDEO, DOSAGEM: 2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL C/ 2 ML	329359	AMPOLA 2 MILILITRO	3.000
79	TROPICAMIDA, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA FR 5 ML	274561	FRASCO 5 MILILITRO	300
	UMECLIDÍNIO BROMETO,			

80	CONCENTRAÇÃO: 62,5 MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ INALANTE, ADICIONAL: COM INALADOR, C/ 30 DOSES	437993	FRASCO 30 DOSES	50
81	VANCOMICINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	268540	FRASCO - AMPOLA	5.500
82	VARFARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5 MG	279269	COMPRIMIDO	500
83	VASOPRESSINA, CONCENTRAÇÃO: 20 UI/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	332917	AMPOLA 1 MILILITRO	1.300
84	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	267424	AMPOLA 2 MILILITRO	200
85	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 80 MG	267425	COMPRIMIDO	330
86	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5 e B6	368499	DRAGEA	400
87	VORICONAZOL, CONCENTRAÇÃO: 200 MG	338297	COMPRIMIDO	364
88	TIAMINA, DOSAGEM: 100 MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	272343	AMPOLA 1 MILILITRO	1.000

#### Estimativa detalhada:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANT TOTAL	QTDE MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
1	HETAMIDO, COMPOSIÇÃO: POLI (0-2 HIDROXIETIL) AMIDO + CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO: SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	420	210	35	420
2	Hialuronato De Sódio Composição: Associado Ao Sorbitol, Quantidade Motores: 20 Mg/ML + 40MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Intra-Articular, Característica Adicional: Seringa Preenchida (Cota reservada)	10	5	1	10
3	HIDRALAZINA, DOSAGEM: 25 MG	4.000	2.000	333	4.000
4	HIDROCORTISONA, COMPOSIÇÃO: SAL ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: CREME, C/ 30 G	100	50	8	100
	HILANO COMPOSIÇÃO: G-F 20 CONCENTRAÇÃO: 8 MG/ML FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRA-				

5	ARTICULAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SERINGA PREENCHIDA C/ 2MILILITRO	200	100	17	200
6	IMUNOGLOBULINA HUMANA, TIPO: ANTI RHO (D), DOSAGEM: 300 MCG/ 2ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	20	10	2	20
7	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: NPH, DOSAGEM: 100U/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	200	100	17	200
8	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: REGULAR, DOSAGEM: 100U/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	300	150	25	300
9	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 10 MG	1.080	540	90	1.080
10	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 5 MG, TIPO MEDICAMENTO: SUBLINGUAL	430	215	36	430
11	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 10 MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	300	150	25	300
12	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 20 MG	1.200	600	100	1.200
13	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG	196	98	16	196
14	LEVOMEPRIMAZINA, DOSAGEM: 25 MG	100	50	8	100
15	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 100 MCG	1.110	555	93	1.110
16	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 25 MCG	5.580	2.790	465	5.580
17	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 1% + 1:200.000, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	500	250	42	500
18	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	900	450	75	900
19	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: GELEIA, C/ 10 G	600	300	50	600
20	LINEZOLIDA, DOSAGEM: 600 MG	240	120	20	240
	LOPERAMIDA CLORIDRATO,				

21	CONCENTRAÇÃO: 2MG	1.000	500	83	1.000
22	LUGOL FORTE (IODO IODETO) - 5% - 1000 ML	400	200	33	400
23	MACROGOL, PRINCÍPIO ATIVO: MACROGOL 3350, COMPOSIÇÃO: BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO: 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA, C/ 20 EN	3.000	1.500	250	3.000
24	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL ACETATO, DOSAGEM: 40 MG /ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	200	100	17	200
25	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	1.000	500	83	1.000
26	METILTIONÍNIO CLORETO, CONCENTRAÇÃO: 1%, INDICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 5 ML	800	400	67	800
27	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG	1.000	500	83	1.000
28	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	4.000	2.000	333	4.000
29	METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: GEL VAGINAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR, C/ 50 G	100	50	8	100
30	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 5MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 100 ML	2.300	1.150	192	2.300
31	MOXIFLOXACINO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG + 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	100	50	8	100
32	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 1,6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 250 ML	100	50	8	100



33	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	50	25	4	50
34	MUCOPOLISSACARÍDEO, COMPOSIÇÃO: POLISSULFATO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: POMADA, C/ 40 G	100	50	8	100
35	MULTIVITAMINAS, COMPOSIÇÃO: VITS: A, B2, B3, B5, B6, C, D, E, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10 ML	600	300	50	600
36	MUPIROCINA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG/G, USO: CREME, C/ 15 G	100	50	8	100
37	NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA, C/ 15 G	100	50	8	100
38	NEOMICINA, CONCENTRAÇÃO: 3,5MG/G, TIPO MEDICAMENTO: CREME, C/ 20 G	150	75	13	150
39	NEOSTIGMINA METILSULFATO, DOSAGEM: 0,5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	550	275	46	550
40	OCITOCINA, DOSAGEM: 5 UI /ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	100	50	8	100
41	OCTREOTIDA, DOSAGEM: 0,1 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	300	150	25	300
42	OXACILINA, DOSAGEM: 500 MG, COMPOSIÇÃO: INJETÁVEL	10.000	5.000	833	10.000
43	OXIDO DE FERRO III AMPOLA 20MG/ML (SACARATO) 20MG /ML EV C/5ML INJETÁVEL	1.600	800	133	1.600
44	OXIMETAZOLINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,50 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO NASAL ADULTO, USO: GOTAS, C/ 30 ML	200	100	17	200
45	PENTOXIFILINA, DOSAGEM: 400 MG	120	60	10	120
46	PIDOLATO DE MAGNÉSIO, DOSAGEM: 150 MG/ML, APLICAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, C/ 10 ML	100	50	8	100
47	POLIDOCANOL CONCENTRAÇÃO: 30 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA:	200	100	17	200

	SOLUÇÃO INJETÁVEL				
48	POLISTIRENOSSULFONATO, COMPOSIÇÃO: DE CÁLCIO, CONCENTRAÇÃO: 900 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, C/ 30 G	500	250	42	500
49	POLIMIXINA E COLISTIMETATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO: POLIMIXINA E, DOSAGEM: 150MG, TIPO USO: PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	100	50	8	100
50	PRAVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG	300	150	25	300
51	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG	3.200	1.600	267	3.200
52	PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG	1.300	650	108	1.300
53	PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, ASSOCIADO AO GATIFLOXACINO SESQUIDRATADO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML + 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 6 ML	50	25	4	50
54	PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, CONCENTRAÇÃO: 100 MG	1.560	780	130	1.560
55	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG	600	300	50	600
56	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	1.200	600	100	1.200
57	PROPILTIOURACIL, DOSAGEM: 100 MG	60	30	5	60
58	PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG	600	300	50	600
59	PROTAMINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	100	50	8	100
60	RACEALFATOCOFEROL, CONCENTRAÇÃO: 400 MG	200	100	17	200
61	RACECADOTRILA, DOSAGEM: 100 MG	600	300	50	600
62	RINGER, COMPOSIÇÃO: SIMPLES, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	2.000	1.000	167	2.000
	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,2%,				

63	APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 20 ML	400	200	33	400
64	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL, C/ 27,9 G	200	100	17	200
65	SEVELAMER, PRINCÍPIO ATIVO: CLORIDRATO, DOSAGEM: 800 MG	720	360	60	720
66	SULFADIAZINA, DOSAGEM: 500 MG	500	250	42	500
67	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG	1.100	550	92	1.100
68	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 80MG + 16MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	3.000	1.500	250	3.000
69	SULFASSALAZINA, DOSAGEM: 500 MG	200	100	17	200
70	SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 300 MG	300	150	25	300
71	TEICOPLANINA, DOSAGEM: 200 MG, INDICAÇÃO: INJETÁVEL	700	350	58	700
72	TENECTEPLASE, CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL: SERINGA PREENCHIDA, C/ 10 ML	20	10	2	20
73	TENOXICAM, DOSAGEM: 20 MG	400	200	33	400
74	TERLIPRESSINA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 1 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	300	150	25	300
75	TIAMAZOL, DOSAGEM: 10 MG	300	150	25	300
76	TIAMINA, DOSAGEM: 300 MG	900	450	75	900
77	TICAGRELOR, CONCENTRAÇÃO: 90 MG	200	100	17	200
78	TIOCOLCHICOSÍDEO, DOSAGEM: 2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL C/ 2 ML	3.000	1.500	250	3.000
79	TROPICAMIDA, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA FR 5	300	150	25	300

	ML				
80	UMECLIDÍNIO BROMETO, CONCENTRAÇÃO: 62,5 MCG /DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ INALANTE, ADICIONAL: COM INALADOR, C/ 30 DOSES	50	25	4	50
81	VANCOMICINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	5.500	2.750	458	5.500
82	VARFARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5 MG	500	250	42	500
83	VASOPRESSINA, CONCENTRAÇÃO: 20 UI/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	1.300	650	108	1.300
84	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	200	100	17	200
85	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 80 MG	330	165	28	330
86	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5 e B6	400	200	33	400
87	VORICONAZOL, CONCENTRAÇÃO: 200 MG	364	182	30	364
88	TIAMINA, DOSAGEM: 100 MG /ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	1.000	500	83	1.000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os valores estimados serão divulgados após a fase de lances.

1.6. As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

1.7. Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

1.8. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

- 1.9. Será exigida a bula do medicamento, com o objetivo de verificar se o medicamento ofertado está de acordo com a especificação do item no edital, uma vez que não são solicitadas amostras dos medicamentos para essa finalidade;
- 1.10. Os medicamentos entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 –Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 1.11. Caso nenhum dos fornecedores do certame apresente proposta de medicamentos na forma farmacêutica de comprimido com embalagem primária fracionável, poderá ser aceito a proposta do medicamento com embalagem primária não fracionável.
- 1.12. Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens que só tiverem essa apresentação no mercado, conforme RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007.
- 1.12.1. Para os itens **22** (LUGOL FORTE (IODO IODETO) - 5% - 1000 ML), **26** (METILTIONÍNIO CLORETO, CONCENTRAÇÃO: 1%, INDICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 5 ML), **47** (POLIDOCANOL CONCENTRAÇÃO: 30 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL), **66** (SULFADIAZINA, DOSAGEM: 500 MG) e **84** (VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2ML) serão aceitos na forma de apresentação manipulada.
- 1.13. O licitante obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).
- 1.14. A proposta deverá conter ainda: Número do Registro na ANVISA; Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.
- 1.15. Não serão aceitas as propostas com valor acima do permitido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), ainda que abaixo do valor estimado.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:
- I- ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000006/2023
- II- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III- Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	ID DO ITEM NO PCA	IDENTIFICADOR DA FUTURA CONTRATAÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR (CLASSE/GRUPO)
1	HETAMIDO, COMPOSIÇÃO: POLI (0-2 HIDROXIETIL) AMIDO + CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO: SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	443	112408-2/2022	6505
	Hialuronato De Sódio Composição:			

2	Associado Ao Sorbitol, Quantidade Motores: 20 Mg/ML + 40MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Intra-Articular, Característica Adicional: Seringa Preenchida (Cota reservada)	2606	112408-125/2023	6505
3	HIDRALAZINA, DOSAGEM: 25 MG	545	112408-2/2022	6505
4	HIDROCORTISONA, COMPOSIÇÃO: SAL ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: CREME, C/ 30 G	440	112408-2/2022	6505
5	HILANO COMPOSIÇÃO: G-F 20 CONCENTRAÇÃO: 8 MG/ML FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRA-ARTICULAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SERINGA PREENCHIDA C/ 2MILILITRO	2606	112408-2/2022	6505
6	IMUNOGLOBULINA HUMANA, TIPO: ANTI RHO (D), DOSAGEM: 300 MCG/ 2ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	444	112408-2/2022	6505
7	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: NPH, DOSAGEM: 100U/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	513	112408-2/2022	6505
8	INSULINA, ORIGEM: HUMANA, TIPO: REGULAR, DOSAGEM: 100U /ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 10 ML	238	112408-2/2022	6505
9	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 10 MG	511	112408-2/2022	6505
10	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 5 MG, TIPO MEDICAMENTO: SUBLINGUAL	271	112408-2/2022	6505
11	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 10 MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	22	112408-2/2022	6505
12	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, DOSAGEM: 20 MG	514	112408-125/2023	6505
13	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG	451	112408-125/2023	6505
14	LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM: 25 MG	542	112408-2/2022	6505
15	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 100 MCG	394	112408-2/2022	6505
16	LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 25 MCG	199	112408-2/2022	6505
17	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 1% + 1: 200.000, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	309	112408-2/2022	6505
18	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 20 ML	200	112408-125/2023	6505

19	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: GELEIA, C/ 10 G	12	112408-2/2022	6505
20	LINEZOLIDA, DOSAGEM: 600 MG	201	112408-125/2023	6505
21	LOPERAMIDA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 2MG	202	112408-2/2022	6505
22	LUGOL FORTE (IODO IODETO) - 5% - 1000 ML	2606	112408-2/2022	6505
23	MACROGOL, PRINCÍPIO ATIVO: MACROGOL 3350, COMPOSIÇÃO: BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO: 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA, C/ 20 EN	204	112408-2/2022	6505
24	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL ACETATO, DOSAGEM: 40 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	9	112408-2/2022	6505
25	METILPREDNISOLONA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	208	112408-2/2022	6505
26	METILTIONÍNIO CLORETO, CONCENTRAÇÃO: 1%, INDICAÇÃO: INJETÁVEL, C/ 5 ML	360	112408-2/2022	6505
27	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG	140	112408-2/2022	6505
28	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG /ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	541	112408-2/2022	6505
29	METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: GEL VAGINAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR, C/ 50 G	99	112408-2/2022	6505
30	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 5MG /ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 100 ML	211	112408-2/2022	6505
31	MOXIFLOXACINO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG + 1 MG /ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	538	112408-2/2022	6505
32	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 1,6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 250 ML	358	112408-2/2022	6505
33	MOXIFLOXACINO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 5 ML	358	112408-2/2022	6505
	MUCOPOLISSACARÍDEO,			

34	COMPOSIÇÃO: POLISSULFATO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: POMADA, C/ 40 G	357	112408-2/2022	6505
35	MULTIVITAMINAS, COMPOSIÇÃO: VITS: A, B2, B3, B5, B6, C, D, E, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10 ML	240	112408-2/2022	6505
36	MUPIROCINA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG/G, USO: CREME, C/ 15 G	188	112408-2/2022	6505
37	NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA, C/ 15 G	231	112408-2/2022	6505
38	NEOMICINA, CONCENTRAÇÃO: 3,5 MG/G, TIPO MEDICAMENTO: CREME, C/ 20 G	216	112408-2/2022	6505
39	NEOSTIGMINA METILSULFATO, DOSAGEM: 0,5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	139	112408-125/2023	6505
40	OCITOCINA, DOSAGEM: 5 UI/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	534	112408-2/2022	6505
41	OCTREOTIDA, DOSAGEM: 0,1 MG /ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	191	112408-2/2022	6505
42	OXACILINA, DOSAGEM: 500 MG, COMPOSIÇÃO: INJETÁVEL	131	112408-2/2022	6505
43	OXIDO DE FERRO III AMPOLA 20MG/ML (SACARATO) 20MG/ML EV C/5ML INJETÁVEL	442	112408-2/2022	6505
44	OXIMETAZOLINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,50 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO NASAL ADULTO, USO: GOTAS, C/ 30 ML	313	112408-2/2022	6505
45	PENTOXIFILINA, DOSAGEM: 400 MG	354	112408-2/2022	6505
46	PIDOLATO DE MAGNÉSIO, DOSAGEM: 150 MG/ML, APLICAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, C/ 10 ML	353	112408-2/2022	6505
47	POLIDOCANOL CONCENTRAÇÃO: 30 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	2606	112408-2/2022	6505
48	POLIESTIRENOSSULFONATO, COMPOSIÇÃO: DE CÁLCIO, CONCENTRAÇÃO: 900 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, C/ 30 G	532	112408-2/2022	6505
49	POLIMIXINA E COLISTIMETATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO: POLIMIXINA E, DOSAGEM: 150MG, TIPO USO: PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	83	112408-2/2022	6505
	PRAVASTATINA, DOSAGEM: 20			



50	MG	219	112408-2/2022	6505
51	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG	288	112408-2/2022	6505
52	PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG	127	112408-2/2022	6505
53	PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, ASSOCIADO AO GATIFLOXACINO SESQUIIDRATADO, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML + 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, C/ 6 ML	531	112408-2/2022	6505
54	PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, CONCENTRAÇÃO: 100 MG	455	112408-2/2022	6505
55	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG	58	112408-2/2022	6505
56	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2 ML	221	112408-2/2022	6505
57	PROPILTIOURACIL, DOSAGEM: 100 MG	570	112408-2/2022	6505
58	PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG	528	112408-2/2022	6505
59	PROTAMINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	56	112408-2/2022	6505
60	RACEALFATOCOFEROL, CONCENTRAÇÃO: 400 MG	527	112408-2/2022	6505
61	RACECADOTRILA, DOSAGEM: 100 MG	352	112408-2/2022	6505
62	RINGER, COMPOSIÇÃO: SIMPLES, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO, C/ 500 ML	51	112408-2/2022	6505
63	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,2%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 20 ML	524	112408-2/2022	6505
64	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL, C/ 27,9 G	193	112408-2/2022	6505
65	SEVELAMER, PRINCÍPIO ATIVO: CLORIDRATO, DOSAGEM: 800 MG	46	112408-2/2022	6505
66	SULFADIAZINA, DOSAGEM: 500 MG	123	112408-2/2022	6505
67	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG	566	112408-2/2022	6505
	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA,			

68	CONCENTRAÇÃO: 80MG + 16MG /ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 5 ML	44	112408-2/2022	6505
69	SULFASSALAZINA, DOSAGEM: 500 MG	565	112408-2/2022	6505
70	SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 300 MG	562	112408-2/2022	6505
71	TEICOPLANINA, DOSAGEM: 200 MG, INDICAÇÃO: INJETÁVEL	43	112408-2/2022	6505
72	TENECTEPLASE, CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL: SERINGA PREENCHIDA, C/ 10 ML	560	112408-2/2022	6505
73	TENOXICAM, DOSAGEM: 20 MG	226	112408-2/2022	6505
74	TERLIPRESSINA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, CONCENTRAÇÃO: 1 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	227	112408-2/2022	6505
75	TIAMAZOL, DOSAGEM: 10 MG	559	112408-2/2022	6505
76	TIAMINA, DOSAGEM: 300 MG	121	112408-2/2022	6505
77	TICAGRELOR, CONCENTRAÇÃO: 90 MG	558	112408-2/2022	6505
78	TIOCOLCHICOSÍDEO, DOSAGEM: 2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL C/ 2 ML	405	112408-2/2022	6505
79	TROPICAMIDA, DOSAGEM: 1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA FR 5 ML	547	112408-2/2022	6505
80	UMECLIDÍNIO BROMETO, CONCENTRAÇÃO: 62,5 MCG /DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ INALANTE, ADICIONAL: COM INALADOR, C/ 30 DOSES	401	112408-2/2022	6505
81	VANCOMICINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	400	112408-2/2022	6505
82	VARFARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5 MG	397	112408-2/2022	6505
83	VASOPRESSINA, CONCENTRAÇÃO: 20 UI/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 1 ML	255	112408-2/2022	6505
84	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 2ML	115	112408-2/2022	6505
85	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM: 80 MG	465	112408-2/2022	6505
86	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5 e B6	347	112408-2/2022	6505
87	VORICONAZOL, CONCENTRAÇÃO: 200 MG	253	112408-2/2022	6505
88	TIAMINA, DOSAGEM: 100 MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO	111	112408-2/2022	6505

### 3. Descrição da solução

#### 3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

4.1.3. No caso de exercício de atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde);

4.1.4. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e

4.1.5. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

4.1.6. Em razão da escassez do medicamento no mercado na forma industrializada, poderá ser aceito produto manipulado para o item XX (RDC nº 67/2007).

4.1.7. Não será necessário informar o registro Anvisa do medicamento por se tratar de um item isento de registro. Para garantir a compatibilidade do item ofertado com o objeto a empresa deverá no momento da proposta:

a) Informar a descrição clara e detalhada do objeto (princípio ativo, forma farmacêutica, forma de apresentação).

b) Deverá ser enviado folheto/bula produzido pela farmácia licitante em que conste, no mínimo, a composição do produto/princípio(s) ativo(s), forma farmacêutica, apresentação e via de administração.

c) A farmácia licitante deverá informar as características de estabilidade, validade, armazenamento e conservação; estas informações não serão utilizadas como critérios de aceitação do produto, sendo apenas para fins de divulgação aos serviços que utilizarão o medicamento e aos responsáveis pela programação dos pedidos de aquisição.

#### 4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não há a necessidade de apresentação de amostras, uma vez que o produto será analisado por meio da proposta oficial e, sendo o caso, auxiliado pelo catálogo do material.

4.4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.4.3. Se a(s) proposta(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.4.4. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### 4.5. Subcontratação

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.7. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7.1. Na presente licitação, **não** será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7.1.1. A presente aquisição se trata de itens já fracassados, por essa razão **não** terá tratamento diferenciado.

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias úteis**, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda à sexta-feira.

5.1.4. No caso de produtos perecíveis, deverá ser observado o seguinte:

5.1.4.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação; e

5.1.4.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação.

5.1.5.3. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços

desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

## **5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Fiscalização

6.6. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7.1. Recebimento**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7.5. Cessão de crédito**

7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.5.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.5.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM.

### 8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

### 8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 8.4. Habilitação jurídica

**8.4.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.4.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.4.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.4.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.4.9. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.4.10. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.4.11. Ato de autorização** para o exercício de Funcionamento (AFE) para o exercício da atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação,



reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde), expedido pela ANVISA para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e

8.4.11.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

8.4.44.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **8.6. Qualificação Econômico-Financeira**

8.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.6.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.6.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

8.6.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.]

**Valor (R\$):** 1.267.025,22

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.267.025,22 (um milhão, duzentos e sessenta e sete mil e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos)**. Ressalta-se que a estimativa dos valores unitários possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

## 11. Obrigações do Contratante

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo o Edital e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

- 11.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução de cada contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 11.11. Quando exigidas, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

## **12. Reajuste**

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **13. Obrigações do Contratado**

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

## **14. Infrações e Sanções Administrativas**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 'b', 'c' e 'd' do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 'e', 'f', 'g' e 'h' do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas 'b', 'c' e 'd', que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas 'e' a 'h' do subitem 14.1, de 0,5 % a 2 % do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea 'c' do subitem 14.1, de 0,5 % a 5 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea 'b' do subitem 14.1, a multa será de 0,5 % a 20 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea 'd' do subitem 14.1, a multa será de 0,5 % a 2 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea 'a' do subitem 14.1, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão de correntes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **15. Classificação quanto a Lei 12.527/2011**

15.1. Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação, julga-se não haver necessidade de classificação do presente documento nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

## **16. Casos Omissos**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. Foro**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DEBORA FERNANDA DO COUTO LIMA**

Requisitante e Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 05/12/2025 às 12:45:13.*

**WESLEY LANDIM DE FARIAS**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 05/12/2025 às 12:48:17.*